

Conjuntura Social

1. CONCEPÇÃO BÁSICA

Assim como se oferece periodicamente uma “Conjuntura Econômica” do país, quer-se basear neste trabalho introdutório ao assunto a idéia de uma “Conjuntura Social”. O ponto de partida pode, simplesmente, ser a imagem de fundo do conceito de conjuntura, extraído do contexto astronômico: posição relativa dos astros em determinado momento do tempo. Os astros se movimentam continuamente, mas sua mobilidade é coordenada relativamente aos outros astros, de modo que aparecem num contexto de sistema que, surpreendido em certo momento do tempo, revelaria um corte sincrônico de suas posições mutuamente condicionadas. A conjuntura, formada de unidades heterogêneas, consegue apresentar a face de um todo, cujo dinamismo supostamente regular e sistematizável poderia ser captado em cortes sucessivos.

Transportando-se esta idéia para o campo das Ciências Sociais, ela deve, certamente, começar por um batismo metodológico, pois a

saturação histórica delas é algo diverso do sentido astronômico de movimento e mutação. Ainda assim, resta a imagem, e como toda imagem, reflete muito mais a posição metodológica assumida, do que virtualidades imanentes, meramente supostas. Como veremos depois, debatem-se aí os adeptos de uma visão funcionalista e sistêmica, de um lado, e os adeptos da dialética, de outro, ambos preocupados com a mutação relativa dos elementos formadores da sociedade, mas baseados em concepções diversas das possibilidades históricas de mudança social.¹ A "Conjuntura Econômica", já tradicionalmente, oferece mensalmente (ou por cortes temporais mais longos) uma visão da situação econômica do país, captada através de indicadores econômicos, cuja posição relativa se acompanha indefinidamente. Imagina-se, com isto, poder seguir de perto os movimentos mais característicos da formação econômica, surpreendendo as tendências emergentes dentro dela e oferecendo um instrumental apurado de avaliação do desempenho da política econômica. A posição estratégica deste tipo de pesquisa é fácil de ser concebida. Em boa dose, torna-se responsável (ou poderia tornar-se) pelo planejamento geral da economia, ou, pelo menos, uma das fontes mais garantidas, em que se podem extrair elementos para uma avaliação do desempenho de determinada economia. A redução de uma formação econômica a indicadores coloca uma questão metodológica e técnica de extrema envergadura, mas, é, na verdade, o componente mais visado na pesquisa e o que mais lhe garantiu direitos de cidadania na constituição do planejamento. Operacionalizar uma formação econômica geral é um caminho muito complexo, de grandes implicações teóricas (mesmo que estas sejam negadas), e que muitas vezes sugere pelo menos a idéia velada de produção de bem-estar. Acentuando-se o lado dos indicadores, surge facilmente o "operacionalismo" que, de fato, "reduz" *stricto sensu* o conceito a seus possíveis indicadores. Mesmo assim, uma das excelências desta pesquisa reside especificamente na tentativa de oferecer uma visão de conjunto, baseada pelo menos numa idéia vaga de conjunto (sistema) e sempre numa bateria de indicadores, esmiuçados até ao nível de índices, taxas e coeficientes, bem ao gosto do planejador e da instância política preocupada em saber, a cada momento, como vai a nação em termos econômicos.

A idéia de uma Conjuntura Econômica já se solidificou; são comuns as pesquisas em torno de indicadores praticamente clás-

1. P. DEMO, A sedução das metodologias formais, Centro João XXIII, mime., 1974, 63 pp. P. DEMO, Sociedade provisória, Centro João XXIII, mime., 1973, 116 pp. W. BUCKLEY, A sociologia e a moderna teoria dos sistemas, Cultrix, S. Paulo, 1971. L. von BERTALANFFY, Teoria geral dos sistemas, Vozes, Petrópolis, 1973.

sicos, como, renda per capita, custo de vida, exportação etc., e que pretendem, na persecução de cada um deles, oferecer um acompanhamento do todo, supondo-se que o todo seja de alguma forma refletido por tais unidades. A técnica da operacionalização de conceitos mais complexos é menos temida em Economia, que já se formalizou muito, em comparação com outras disciplinas sociais. É também a que mais fala em índices e coeficientes. A Conjuntura Social se liga a um esforço do Sociólogo e trata-se, assim, de empreender a mesma tarefa no corpo de sua disciplina, menos afeita a formalizações e operacionalizações. Está mais habituado aos vãos históricos sobre o desenvolvimento e suas implicações teóricas e a figura do Sociólogo avesso a técnicas de quantificação metodológica não é muito rara, até mesmo por questão de formação acadêmica. Sem discutir isto agora em pormenores, vale dizer que a idéia de uma Conjuntura Social pode, de início, provocar algum impacto, não só por desconfianças mútuas entre Economistas e Sociólogos, mas também porque as implicações da operacionalização são tomadas mais a sério pelo Sociólogo.

Enfim, existe hoje praticamente uma Sociologia Especial, a dos Indicadores Sociais e que será nossa preocupação maior em seguida, evidenciando isto um tratamento muito *sui generis*, de um problema visto com mais naturalidade por outros especialistas. Não se pode esquecer o fundo histórico da questão. O Sociólogo ainda não se profissionalizou; isto se deve em primeiro lugar, não a um possível interesse político contrário à profissão, mas certamente ao tipo de formação acadêmica, muito avessa à pesquisa e ministrada por professores que, na sua grande maioria, entendem por formação sociológica aquela da cultura geral.² Concebemos, de nossa parte, a pesquisa de Indicadores Sociais como um campo privilegiado de atividade sociológica, capaz relativamente de conduzir a superabundância teórica costumeira a um teste empírico, sem transformar este na razão de ser da pesquisa, e também a um redimensionamento da habitual Sociologia do Desenvolvimento. Esta Sociologia, ainda muito mal servida de pesquisas empíricas, embora muitas vezes transpire imensa segurança em seus enunciados, só tem a ganhar se assumir uma face mais operacional, sendo um dos resultados possíveis o aumento da possibilidade de profissionalização de uma disciplina bastante conturbada: ela passaria a integrar o planejamento social. É claro que isto supõe que haja problemas sociais para além dos econômicos, mesmo que estes sejam "dominantes em última instância" e que não se adote o simplismo, segundo o qual uma solução econômica seria sempre automaticamente uma solução social.

2. P. DEMO, Profissionalização do Cientista Social, in: Revista Vozes de Cultura 68 (1974), pp. 229-232.

A idéia de uma Conjuntura Social, destarte, busca produzir um tipo de pesquisa capaz de oferecer o acompanhamento periodizado de uma dada formação social, baseada numa teoria desta e numa bateria de indicadores, cuja confluência metodológica transpiraria os elementos evolutivos característicos. A complexidade da tarefa é desesperadora, em se tratando de cobrir uma situação social muito heterogênea, como é uma nação: é talvez o maior experimento social concebível para um Sociólogo (descontando-se a possibilidade longínqua, mas já perseguida pela UNESCO, de Indicadores Sociais mundiais). O conceito catalizador é o de bem-estar social, mas que aparece aqui destituído de sua carga assistencialista ou política, já que a operacionalização através de indicadores "esfria" a perspectiva, embora não elimine a tonalidade ideológica comum a qualquer pesquisa social. Mas é diferente admitir a imiscuição ideológica por razões epistemológicas ou por razões políticas.³ Ademais, os estudos sobre Desenvolvimento caem normalmente ou no campo da Economia, ou no campo das Ciências Políticas. O que seriam elementos sociológicos do Desenvolvimento? Ainda que estes só possam ser definidos, hoje, por exclusão, é possível que a ótica dos Indicadores Sociais cristalize pelo menos uma esteira convencional de problemas para um especialista que sempre se debate com o caráter indistinto de seu objeto (sociedade, ou ação social, ou mutação social, etc.). De qualquer forma, emerge atualmente a preocupação em torno desta pesquisa, principalmente por parte das instâncias políticas (federais, estaduais e municipais), que, modernizando suas concepções de planejamento, buscam elementos de avaliação e acompanhamento do desempenho de uma formação social.

Neste trabalho introdutório vamos ressaltar a ótica dos Indicadores Sociais como espinha dorsal da formação de uma visão de Conjuntura, abordando principalmente quatro blocos de problemas relativos: metodológicos, teóricos, empíricos e modelos já formulados.

2. INDICADORES SOCIAIS⁴

Vamos partir de algumas definições sumárias e às vezes simplistas, sobretudo oriundas de países desenvolvidos, onde a pesquisa é

3. P. DEMO, Neutralidade científica, Centro João XXIII, mime., 1973, 27 pp.

4. Temos conhecimento superficial de vários esforços neste sentido: dentro do IBGE há um grupo de Indicadores Sociais, o IPEA de Brasília está montando uma pesquisa deste tipo, e aparecem grupos menos distintos no contexto de Indicadores Econômicos para o planejamento junto aos Governos do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

bastante vulgarizada.⁵ “Um indicador social, como o termo aqui é usado, pode ser definido como uma estatística de interesse diretamente normativo que facilita julgamentos concisos, compreensivos e equilibrados acerca da condição de aspectos maiores de uma sociedade. Em todos os casos é uma medida direta do bem-estar (welfare) e está sujeita à interpretação de que, se mudar na direção ‘certa’, enquanto as outras coisas permanecem idênticas, as coisas melhoraram, ou o povo ‘vai melhor’”.⁶ Esta citação transpira bastante a carga assistencialista e paternalista de certos órgãos de planejamento, recaindo com facilidade na crença de que uma tal pesquisa seria apta a curar a sociedade de seus males, ainda mais que estes se constituiriam em tópicos apenas residuais. De qualquer forma, aparecem aí elementos definitórios mais ligados ao aspecto operacional: são medidas de bem-estar com fins avaliativos da situação social.

Esta mesma perspectiva aparece na seguinte citação, mas em tom menos assistencialista: “As séries (indicadores sociais) servem para medir, em sentido sumário, a situação dos serviços (affairs) e tendências respectivas a facetas do bem-estar social que são de interesse público maior, dentro de fins comuns aceitos e da eficiência dos serviços correlatos”. E mais adiante, o mesmo documento acentua elementos avaliativos no planejamento: “Indicadores sociais servem para retratar a situação e as tendências das condições sociais que são ou estão para ser objeto de interesse ou preocupação públicos. Os indicadores deveriam oferecer informação quanto à extensão da correspondência entre as condições existentes e os fins sociais geralmente aceitos e o ritmo em que tais objetivos vêm sendo realizados...”.⁷

Land aponta três expectativas depositadas nos Indicadores Sociais,⁸ que poderiam ajudar:

- a) a avaliar programas específicos
- b) a desenvolver um sistema de prestação de contas da situação social (balanço)
- c) a alocar objetivos e prioridades.

5. Para qualquer efeito, consulte-se outro trabalho nosso mais extenso sobre o assunto: P. DEMO, Notas gerais sobre Indicadores Sociais, Centro João XXIII, mimeo., 1973, 69 pp.

6. Toward a Social Report — United States Department of Health, Education, and Welfare, 1969, p. 97.

7. U. N. Secretariat — Statistical Office, ST/Stat. 49, April 1971, p. 5.

8. K. C. LAND, On the Definition of Social Indicators, in: The American Sociologist 6 (1971), p. 322.

Esta visão foi duramente criticada por Sheldon e Freeman.⁹ Destacaram sobretudo uma certa credulidade de Land, ao imaginar que as prioridades sejam precipuamente demarcadas pelos Indicadores Sociais: a instância política os pode desprezar. Não é possível garantir que representem a racionalidade política, porque este conceito não é autônomo teoricamente: depende dos fins imputados à política, a cujos pés está a dita racionalidade. A seleção de indicadores já inclui elementos obscuros, para além de uma suposta objetividade e nunca pode excluir a possibilidade de variáveis centrais não controladas. Veremos posteriormente que só o operacionalismo se faz a ilusão de que os indicadores sejam reflexo objetivo da realidade. Ademais, Sheldon e Freeman criticam a confiança demasiada na possibilidade de teorizar uma situação social, e reduzem as ambições dos Indicadores Sociais a níveis mais modestos. São:

- a) um relatório descritivo
- b) uma análise de mutação social
- c) uma prognose de eventos futuros e da vida social.

Esta visão parece reduzir a problemática demasiadamente ao plano técnico-operacional do conceito de indicador, mas coloca questões apropriadas, como veremos depois. O tipo de expectativa encontrado em Land é muito comum de lançamentos por parte de instâncias oficiais incumbidas de algum planeamento social, apenas que nestas assoma a perspectiva política com nitidez. A comissão de tecnologia¹⁰ dos EE.UU. coloca sua expectativa na mensuração da utilização dos recursos humanos em 4 áreas:

- a) mensuração dos custos sociais e dos retornos líquidos de inovações
- b) mensuração de enfermidades sociais (crime, ruínas familiares...)
- c) criação de "performance budgets" em áreas de necessidades sociais definidas (construção de casas, educação, serviço social)
- d) indicadores de chance econômica e mobilidade social.

Vê-se aqui o interesse muito manifesto de acompanhar um planeamento específico calcado numa perspectiva própria de bem-estar social, possivelmente imbuído de funcionalismo, mas com uma pretensão muito mais ampla que meramente técnica. Fala-se mesmo em custos sociais e na distribuição de chances econômicas, o que pode evocar um contexto teórico vasto na base da operacio-

9 E. B. SHELDON & H. E. FREEMAN, Notes on Social Indicators: Promises and Potential, in: Policy Sciences 1 (1970), pp. 97-111.

10. Report of National Commission on Technology, Automation, and Economic Progress, Washington D. C., Government Printing Office, January 1966.

nalização, ainda que haja aí patentes elementos assistencialistas. Nossa perspectiva, embora calcada em outras crenças teóricas, também persegue uma visão mais vasta de Indicadores Sociais, incluindo problemas referentes à teoria de um sistema social ou de modelos sócio-econômicos e às implicações de contextos metodológicos, que condicionam fundamentalmente a capacidade informativa do dado.

A acentuação do lado social da problemática se justifica, não na polêmica imprópria entre Economista e Sociólogo, mas através da acentuação sociológica das características de uma situação social geral, embora se admita, sem mais, que a infra-estrutura econômica seja sempre realmente básica. Contudo, admite-se também que a redução dos problemas sociais à infra-estrutura econômica pode ser um simplismo teórico. Os indicadores econômicos, evidentemente, entram na composição dos Indicadores Sociais, tanto a nível de elementos sempre presentes na base da formação social, como também a nível de um bloco específico, ao lado de outros como: indicadores políticos, culturais, tecnológicos etc. A participação do Sociólogo é pelo menos pedida na formulação de um "modelo de sistema social", como diz Gross, porque certamente inclui ainda outros aspectos que os meramente econômicos. Ainda se pode dizer que informações qualitativas também são importantes e não se sustenta a visão segundo a qual a importância específica de um fenômeno estaria na proporção de sua capacidade de mensuração.¹¹ Se colocarmos como uma das finalidades centrais dos Indicadores Sociais refletir o "state of a nation", é possível imaginar que o conteúdo superabundante deste conceito aconselhe uma abordagem mais vasta, onde entrem também aspectos sociológicos.

Quando falamos da necessidade de uma formação interdisciplinar para esta pesquisa, pensamos sobretudo na complementação possível entre cientistas de estilo histórico diverso de trabalho. Mais especificamente, esta pesquisa contribui para uma visão global metodológica, caracterizada pela confluência almejada entre carga teórica e carga empírica.¹² Talvez assim se consiga um enfoque mais pertinente de uma questão tão complexa, teórica e empiricamente, como é o bem-estar social de uma nação, e mesmo de uma formação social de menor porte.

Falamos hoje também em Indicadores Sociais do Desenvolvimento e, neste contexto, poder-se-ia pensar numa contribuição importante

11. B. M. GROSS, *The State of the Nation: Social Systems Accounting*, in: *Social Indicators*, R. A. Bauer (ed.), The M.I.T. Press, 1972, p. 154.

12. P. DEMO, *Base empírica da pesquisa social*, Centro João XXIII, mim., 1974, 46 pp.

às teorias do desenvolvimento, pelo menos numa encarnação muito direta destas teorias em realidades concretas colhidas pelos Indicadores Sociais. É esta perspectiva que acolhe, igualmente, a repensar os modelos de Indicadores Sociais forjados em outras sociedades e que levam, inelutavelmente, a marca de seus condicionamentos próprios. Deposita-se, na verdade, uma expectativa muito forte neste tipo de pesquisa, porque, para além de se constituir num teste constante de teorias e conceitos importados ou autóctones, consagra a idéia da pesquisa como elemento fundamental da formação de uma teoria. Um dos males dela é certamente sua pretensão muito generalizante, já que tenta responder por problemáticas muito globais, por exemplo, o Desenvolvimento ou a situação social de uma nação. Mas leva a vantagem de obrigar tais generalizações ao confronto com dados, por mais precários que estes sejam e dependam das próprias generalizações.

Além destes atributos da pesquisa, é necessário ressaltar, como já fazíamos, sua pretensão de servir ao planejamento, onde imagina hoje se insere com muita dificuldade neste contexto, sendo uma das causas, certamente, a monopolização por parte do economista desta área, aliada à sugestão constante de que a formação sociológica não pode ser aí aproveitada. Quanto a esta última parte, parece não se poder negar que a formação tradicional é culpada de boa dose da desqualificação profissional, ainda que possa emergir neste contexto a imagem do idiota especializado até à veneração das estatísticas. Mas isto não é tudo. De fato, modernamente não se concebe nenhuma instância política sem uma assessoria de planejamento, e, na medida em que se tomam a sério os problemas sociais para além das soluções imediatistas e diletantes, eles são uma questão de planejamento como qualquer outra. Procuram-se estabelecer prioridades, forjam-se prognoses, indigitam-se pressões do sistema, e tudo isto em termos altamente técnicos que a pesquisa de Indicadores Sociais pode fornecer. Neste sentido, ela fornece certamente um dos momentos mais promissores de assimilação natural de uma profissão bastante perdida. Poderíamos ressaltar algumas promessas desta pesquisa:

- a) avaliação constante do desempenho do sistema;
- b) verificação da viabilidade da política em geral e de políticas particulares;
- c) teste de inovações no sistema;
- d) elementos para se estabelecerem prioridades;
- e) lançamento de prognoses;
- f) detecção de pressões no sistema e elementos para elaboração de uma resposta;
- g) indigitação de tendências evolutivas manifestas e ocultas;
- h) fundamentos científicos para a prestação de contas;

- i) dimensionamento das disponibilidades do sistema, em termos de absorção de conflitos e produção de outros;
- j) indicações sobre as condições de permanência, reforma e supe-
ração do sistema;
- k) enquadramento relativo da produção dinâmica de bem-estar,
com os respectivos movimentos de distribuição e concentração;
- l) elementos para avaliar os custos sociais do modelo.

Para a efetivação destas promessas, que se apresentam numa mistura metodológica, é necessário apelar para a qualidade da pesquisa, porque é disto que depende o valor de sua promessa, já que os impactos não decorrem automaticamente. Entramos nesta questão agora.

3. PROBLEMAS METODOLÓGICOS

Sem pretendermos um aprofundamento maior, chamamos a atenção aqui para a problemática da operacionalização na pesquisa. Sempre que uma pesquisa se interesse pela empiria, defronta o problema complexo de construir referenciais empíricos para o conteúdo de um conceito. A isto damos o nome de operacionalização, como processo metodológico; aos referenciais empíricos como tais damos o nome de indicadores, que, na própria acepção da palavra, indicam na realidade as dimensões contidas no conceito.

A definição conceitual de uma realidade atinge a generalidade típica do conceito e é puramente teórica, ou seja, uma abstração dos casos concretos cobertos por ele. A definição operacional é a que se coloca a nível dos referenciais. A definição conceitual de "estratos médios" poderia ser: as camadas, dentro da pirâmide sócio-econômica, que ocupam o corpo médio dela, ou seja, se aloca entre as camadas altas e baixas. A definição operacional poderia ser: as específicas camadas caracterizadas por alguns elementos empiricamente delimitáveis: certo salário, certo tipo de profissão (não manual), certo grau de instrução, certo nível de consumo etc. Vemos, por conseguinte, que na definição operacional trabalhamos com elementos quantificáveis ou mensuráveis que são sempre referenciais empíricos do conceito do qual se partiu. A definição operacional não é uma nova definição; muito pelo contrário, é o passo final do mesmo processo definitório, que parte do geral e quer atingir o particular.

Os indicadores são menos gerais que as variáveis, entendidas como as grandes dimensões de qualquer conceito. Assim, a variável econômica denota apenas a dimensão geral do econômico, enquanto que um indicador econômico leva a variável a um momento concreto mensurável. A operacionalização à base de indicadores contém dois passos importantes: a seleção dos indicadores e a tra-

dução dos indicadores em operações de pesquisa e teste. Neste sentido, a definição operacional de "estratos médios" que dávamos antes é incompleta, porque as especificações apontadas tinham ainda mais a face de uma variável; faltava o contato direto com a capacidade de mensuração. Não basta, pois, indigitar "um certo salário"; é preciso declarar qual é exatamente este certo salário e como se o capta.

Aqui, contudo, já iniciam os problemas, que podem transformar a operacionalização em ridículo fácil. Se nos perguntássemos, onde começa exatamente um salário de estratos médios e onde termina, vemos que a discussão sobre limites exatos é precária e termina por se tornar, em parte pelo menos, um ponto de vista do proponente. Poderíamos usar como indicador de ajustamento social as manifestações de satisfação da pessoa e alguém talvez tivesse a idéia de contar por dia os sorrisos dela. A problemática se complexifica em extremo, quando se trata, como em nosso caso, de buscar referenciais empíricos do conceito de bem-estar social. Por outra, a dificuldade de operacionalização não desmerece a relevância de um conceito, porque, se assim fosse, sacrificaríamos o conteúdo ao método e nos fariamos a ilusão empirista de que o relevante deva coincidir com as condições de laboratório.

Em termos sucintos, podemos traçar os principais problemas metodológicos em alguns tópicos:

a) Sendo a operacionalização o processo de extração da generalidade de um conceito de seu nível empírico e concreto, ela acarreta inevitavelmente um *estreitamento* do conceito. Assim sendo, se ganharmos em concreção, perdemos na mesma proporção em dimensão geral. Se operacionalizamos o conceito de "estratos médios" através dos atributos acima referidos, existe uma relativa redução a tais atributos; o que estudamos, na verdade, são os respectivos referenciais, na esperança de que reflitam de alguma forma a abundância do conceito.

b) O fenômeno metodológico do estreitamento leva à exigência de que um único indicador não pode ser representativo, como muitas vezes sucede em certos círculos científicos que definem o desenvolvimento pela renda per capita, ou inteligência pelo Q.I., ou a personalidade pelo seu comportamento. Recorre-se a um *conjunto convergente* de indicadores, que, embora nunca esgotando o conceito, se aproxima mais de sua riqueza geral. Não há, porém, resposta para a pergunta: quantos são necessários para que haja o tal conjunto convergente? Esta resposta depende de muitos fatores, também do próprio cientista, que faz parte da realidade a ser estudada, como a própria realidade.

c) Outro tópico básico é a *seleção dos indicadores*, não só no que se refere ao número deles, mas sobretudo no que se refere

à qualidade, ou seja, à capacidade de expressar mais ou menos o suposto conteúdo conceitual. Isto remete à própria concepção do conteúdo conceitual. Assim, quem primazia elementos econômicos do desenvolvimento, armará um leque econômico de indicadores e imagina com isto cercar suficientemente a abundância geral do conceito. Outro tentará um contrapeso com diversos elementos sociais, e assim por diante.

d) Correlato a este, existe o problema da *relevância explicativa* dos indicadores selecionados. Cabe aqui acentuar que o problema da relevância não se resolve no próprio indicador, mas depende intrinsecamente do contexto teórico adotado, porque o dado informa por si; sua informação, por mais evidente que pareça, se deve ao quadro teórico em que se insere como significativo, ou seja, sua suposta evidência não é dele, mas do quadro teórico que lhe empresta relevância. Estamos entregues a elementos externos à pesquisa para resolver tal questão, o que recoloca problemas encontrados em outros tópicos: é inevitável a participação de certo subjetivismo e elementos decisórios acompanham a operacionalização até ao fim. Evidentemente trata-se de uma concepção metodológica muito distante do empirismo ou do positivismo lógico.¹³ Reconhecendo a confluência estrutural entre teoria e empiria, não admite, contudo, a evidência imanente do dado e vê, na própria construção, já uma interpretação teórica. Porque, se o dado fosse evidente e sua acumulação dispensasse a interpretação teórica, o Anuário Estatístico seria, pelo menos em peso bruto, a teoria mais ponderável sobre o modelo brasileiro.

Como não se pode esgotar a riqueza geral de um conceito, a definição operacional se reduz ao contato com alguns referenciais, que espera serem pelo menos os mais relevantes, dentro do ponto de vista teórico adotado. Mas veja-se que a relevância é proporcional ao ponto de vista e é por isso que outro ponto de vista descobre outras relevâncias e o mesmo dado baseia interpretações teóricas contrárias. Chamamos de *operacionalismo* o vício metodológico que imagina captar nos indicadores a realidade como tal, ou que confunde a definição operacional com a conceitual. Admite-se subrepticamente a primazia do método sobre as questões de conteúdo, reduzindo-se, por exemplo, o complexíssimo problema do desenvolvimento a seus indicadores mensurados. Ora, há outros atributos menos mensuráveis, há atributos ainda praticamente avessos à mensuração, pode haver uma série de elementos latentes que não conseguimos visualizar, e não existe a possibilidade de uma operacionalização unitária para todos os cientistas, ainda que certos indicadores se tornem clássicos, como a renda per capita no caso do desenvolvimento.

13. P. DEMO, Base empírica da pesquisa social, op. cit., p. 30 ss.

Reportando-nos ao conceito de bem-estar social, sua operacionalização supõe, de partida, uma concepção teórica do que seja bem-estar social,¹⁴ e a seguir, surgem questões metodológicas apontadas acima. Isto não desfaz o mérito da pesquisa; pelo contrário, evidencia a riqueza de discussões em que se coloca. É inútil esperar uma transparência satisfatória de qualquer operacionalização desse conceito e haverá sempre lugar para outras propostas. Porque a ciência se esforça por captar a realidade, que não se esgota em nenhuma pesquisa e em nenhum método. Ademais, não dispensa os estudos históricos. Assim, se a pesquisa de Indicadores Sociais pode significar um enriquecimento inestimável no processo de conhecimento da realidade social, não se pode, em contrapartida, banalizar seus problemas metodológicos, que são de extrema gravidade. Não se pode esquecer que a operacionalização está à deriva de uma concepção teórica que a rege, e que, ademais, a construção de referenciais empíricos esbarra com limitações técnicas difíceis, quais sejam o respeito por elementos menos mensuráveis, a deficiência de certos instrumentais de coleta de dados, o possível ridículo de algumas delimitações, a não necessária correlação entre o mais captável e definível com o mais relevante socialmente.

Por outra, a formulação de indicadores capta a realidade enquadrada num determinado momento, ou seja, numa relação sincrônica. Desde que se imagina a realidade como sempre móvel, em constante devenir processual, ela continua se mutando depois da coleta dos dados e talvez apesar deles. Portanto, além de nunca podermos garantir que os dados são a realidade, eles a refletem apenas em cortes, cuja diacronia não surge de um acompanhamento da mutação como tal, mas de uma compaginação de cortes sucessivos. Na medida em que se periodiza os indicadores, pode surgir a visão de Conjuntura, que, porém, não pode ser assumida como retrato fiel das tendências evolutivas estruturais da realidade. Trata-se, de novo, de uma aproximação por cortes sucessivos.

4. PROBLEMAS TEÓRICOS

Não se pode aqui, no corpo de um trabalho introdutório, pretender desvendar maiores profundezas quanto aos problemas teóricos envolvidos na pesquisa de Indicadores Sociais. Permaneceremos apenas em indicações muito gerais.

O ponto de partida inicial pode ser que, afora concepções empiristas ou positivistas mais tacanhas, concede-se que os indicadores

14. P. DEMO, Sociologia do bem-estar, in: Vozes 68 (1974), pp. 810-811.

nada indicam se não estiverem encaixados dentro de algum contexto teórico. Tal contexto é visto por muitos na formulação de "um modelo de sistema social". O conceito de sistema pode acarretar compromissos teóricos dúbios e ademais é de difícil enquadramento, se não quisermos ficar apenas com sua característica geral de ser a formação de um todo através de partes heterogêneas. É problemático exarar os limites de um sistema e também o momento em que estamos diante de um sub-sistema. Apesar disto, tornou-se linguagem corrente o apelo a tal conceito, pelo menos nas concepções funcionalista e sistemicista.¹⁵

Parsons apontava certa vez ao problema: a Sociologia está em condições de desvendar mutações *dentro do sistema*, mas é ainda imatura para explicar mutações *do sistema*.¹⁶ Muitos vêem nisto apenas o subterfúgio de alguém que não consegue metodologicamente responder por superações de sistema, ou seja, pela passagem de um sistema a outro. Remete-se à visão de que a sociedade, sendo funcional e sistêmica, perfaz sua capacidade de mudança dentro do horizonte de seu sistema; aparece, assim, um horizonte máximo da mutação social e que a prende dentro de uma perspectiva rotativa de contínua auto-regeneração. Conseqüentemente, sobressaem os termos de retorno ao equilíbrio, de condições de persistência, de elementos consensuais em torno de valores, normas e sanções, perdendo-se de vista que a história também conheceria superações de sistema, por exemplo a passagem do sistema feudal para o sistema industrial. Aqui está uma das grandes contendas entre funcionalistas e dialéticos.

É comum aparecer nos autores funcionalistas os conceitos de *estrutura* e *desempenho* do sistema, como se encontram em Gross: "Os elementos de sistema da estrutura tratam das relações internas entre as partes do sistema, os elementos de sistema do desempenho tratam da obtenção de inputs e de sua transformação em outputs. Ambos envolvem relações com o meio-ambiente externo. Este modelo, ou qualquer parte dele, pode ser flexivelmente aplicado para descrever as características específicas de qualquer nação, seja ela qual for, não importando o nível industrial de desenvolvimento ou o tipo de regime político".¹⁷ Não parece muito difícil conotar a perspectiva teórica que concebe aí o sistema dado como horizonte máximo das possíveis mutações e, por mais dinâmico que seja a concepção, há um limite estrito para tal dinamismo: o contorno

15. W. BUCKLEY, A sociologia e a moderna teoria dos sistemas, op. cit. P. DEMO, Sedução das metodologias formais, op. cit. P. DEMO, Elementos metodológicos do funcionalismo, Centro João XXIII, mimeo., 1974, 25 pp.

16. T. PARSONS, The Social System, N. Jersey, 1951.

17. B. M. GROSS, op. cit., p. 155.

final do sistema. Conseqüentemente, os conflitos surgem numa luz apenas de choque interno,¹⁸ ou, mais especificamente de comportamento desviado, já que o comportamento adaptado seria "normal". Esta visão não participa da idéia segundo a qual toda formação social produz suficientes contradições internas para que seja historicamente precária e historicamente superável. As possíveis falhas no desempenho de um sistema serão vistas como momentos menos favoráveis, pressões passageiras, já que o próprio conceito de sistema supõe o de sua viabilidade. A superação de um sistema seria entendida como colapso do circuito de feedback: os inputs não são convertidos e a retro-alimentação se interrompe.

É certamente muito compreensível que as pesquisas de Indicadores Sociais praticadas nos países desenvolvidos assumam tais perspectivas teóricas, porque talvez seja permitido dizer que sua maior preocupação não seja a superação, mas sim a manutenção do sistema vigente. Daí privilegia-se a ótica do desempenho de um sistema que subrepticamente se tem por satisfatório. Isto não precisa acontecer em países subdesenvolvidos que, com mais facilidade, convivem com a idéia da necessidade de superar o sistema do subdesenvolvimento. É claro que não existe unanimidade. Encontram-se, por exemplo, críticos que concebem a superação do sistema capitalista desenvolvido, considerando-o especialmente repressor. A título de protótipo, observe-se a polêmica entre Marcuse e Popper. Diz Popper: "Em todas as ordens sociais, das quais temos conhecimento, houve injustiças e opressões, miséria e desamparo, e também nossas ordens sociais ocidentais democráticas não são exceções a isto. Mas aqui são combatidos estes males. Eu creio que entre nós há menos injustiça e opressão, menos miséria e desamparo do que em qualquer outra ordem social, da qual tenhamos conhecimento. Nossas ordens sociais ocidentais democráticas são, pois, muito imperfeitas e necessitam de melhorias, mas são as melhores que já existiram. Outras reformas são indispensáveis e urgentes. Mas, de todas as idéias políticas, o desejo de fazer os homens perfeitos e felizes, é talvez a mais perigosa. A tentativa de realizar o céu sobre a terra sempre produziu o inferno". E retruca Marcuse: "A sociedade capitalista tardia é a mais rica e tecnicamente mais avançada na história. Oferece — ou deveria oferecer — as possibilidades maiores e mais realistas de uma existência humana satisfeita e liberta. E ela é ao mesmo tempo a sociedade que reprime estas possibilidades de satisfação e libertação da maneira mais eficiente. Esta repressão impera hoje na sociedade como um todo e pode ser eliminada, por isso, apenas através de uma mutação social radical da estrutura desta socie-

18. P. DEMO, *Conflito Social*, Ed. Vozes, 1973, col. Trilhas.

dade".¹⁹ São duas posições extremas, mas que caracterizam relativamente o fundo teórico que sempre lateja na pesquisa de Indicadores Sociais. Para a primeira posição, ressalta-se o desempenho de um sistema que se tem por desejável e viável; para a segunda, aponta-se para suas contradições internas e a perspectiva de mudança radical.

Como não se trata aqui de optar por posições, mas apenas de caracterizá-las, vale dizer que um dos elementos básicos da segunda posição é, inicialmente e até certo ponto, uma banalidade dialética: as formações sociais, sendo históricas, são superáveis a partir de suas próprias contradições internas. Nestes termos, é uma generalidade que atinge tanto o capitalismo, como o socialismo ou comunismo, e não especifica as contradições próprias de cada formação social tomada em si. De qualquer forma, assume a perspectiva de superação de sistemas e poderia, neste sentido, ter algum interesse para os cientistas sociais preocupados em explicar o desenvolvimento, e conseqüentemente a superação do subdesenvolvimento.

Dentro do modelo capitalista, uma das sugestões, entre muitas outras possíveis e vigentes, é partir do ponto de vista, segundo o qual não basta explicar o desempenho dele, mas também a concentração e a distribuição dos bens sociais. Pergunta-se não apenas pela produção destes bens, mas igualmente pela concentração deles, remetendo a discussão para uma contradição importante: a lógica da concentração do capital e a estrutura de classes. Esta perspectiva tem a seu favor a existência continuada do parâmetro dicotômico capitalista entre a oferta de consideráveis benefícios para uma minoria e a transferência dos custos sociais para uma grande maioria. Se isto for exato, recomendar-se-ia assumir o fenômeno da marginalidade majoritária não como um aspecto residual do sistema, mas como característica necessária ou estrutural.

O modelo capitalista, dentro desta hipótese teórica, teria sua fórmula própria de viabilidade ou de dinamismo e que explica parcialmente não só que, como toda formação social histórica, será um dia ultrapassada, mas também que, apesar das contradições internas, conseguiu até hoje persistir. No mundo capitalista desenvolvido produziram-se consideráveis formas de bem-estar, sendo talvez a maior façanha histórica a produção de estratos médios possivelmente majoritários. Institucionalizou o conflito de classes e revestiu-se da capa democrática, aparentemente contradizendo o modelo dicotômico.²⁰ Se não desvincularmos a situação dos países

19. Revolution oder Reform? — Uma confrontação entre H. Marcuse e K. R. Popper, televisionada e colhida em brochura em 1971, pela Ed. Koesel, Munique.

20. R. DÄHRENDORF, Las clases y su conflicto en la sociedad industrial, Rialp, 1970. Anthony GIDDENS, A estrutura de classes das so-

capitalistas desenvolvidos da situação dos subdesenvolvidos, não parece difícil conceber que a lógica da concentração do capital e da transferência dos custos sociais para a periferia não desapareceram; apenas assumiram características históricas próprias, correspondentes às fases sucessivas. Não se pretende aqui em absoluto sugerir que apenas o modelo capitalista se baseia em custos sociais e revela uma tendência concentracionista congênita. É pelo menos possível pensar que, se todas as formações sociais engendram contradições internas, outros modelos terão outros custos sociais e outras tendências concentracionistas. Deixando de lado esta questão que não deveríamos banalizar, estamos aqui, sumariamente, tentando lançar alguns traços característicos do modelo capitalista e compará-los com uma forma típica de custos sociais.

Poderíamos definir custos sociais como a taxa de exploração assumida pela classe majoritária que, vinculada às relações de produção, não participam da propriedade dos meios de produção, dentro do modo de produção capitalista. Recolocando o problema das sociedades capitalistas avançadas, os custos sociais teriam sofrido um processo histórico muito interessante, dentro do qual se poderiam ressaltar pelo menos 3 aspectos:

a) Partindo-se de que a força-de-trabalho alijada da posse do capital tem sua taxa de exploração demarcada pela possível for-

malização $te = \frac{p}{v}$ (te = taxa de exploração, p = mais-valia, v =

capital variável), um primeiro tipo de variação dela pode ser obtido pela articulação política dos trabalhadores em sindicatos; isto se verificou nos países adiantados, resultando, não numa eliminação dos custos sociais, mas em uma considerável redução. Uma das conseqüências foi o aumento dos estratos médios e a perda de interesse revolucionário por parte do assim dito proletariado.

b) Dentro da formalização anterior, claramente se vê que a diminuição da taxa de exploração está ligada ao aumento do denominador. Um segundo tipo de aumento se poderia ver na interferência do Estado e que, segundo autores, teria mudado em parte a face do capitalismo original, passando a capitalismo de Estado. Não teria mudado a estrutura básica do capitalismo, em que o Estado tende a se vincular às classes altas, ainda que seja formado por pessoas oriundas dos setores médios; estes, ideologicamente, se comprometem com o sistema. Historicamente, a interferência do Estado poderia explicar o surgimento de concessões e leis favoráveis aos trabalhadores, e que teriam tido um impacto relativo de diminuição da taxa de exploração.

ciedades avançadas, Zahar, 1975. Ideology in Social Science, R. Blackburn (ed.), Fontana/Collins, 1972. P. DEMO, Bem-estar e estratos médios, in: Vozes, 69 (1975), pp. 140-142.

c) Uma terceira via e à qual muitos atribuem importância central, seria resultante da qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, em geral, da assimilação de tecnologia moderna no modo de produção. Embora originariamente o decréscimo da taxa de exploração não precise ocorrer (poderia implicar também em desemprego e aumento extremo de mais-valia), historicamente se colocou uma disjunção essencial entre o trabalhador desqualificado e o qualificado.²¹ O aumento de qualificação incide normalmente no aumento da produtividade, podendo eclodir tanto em aumento de mais-valia, como em aumento dos níveis salariais.

Dentro do contexto dos países capitalistas subdesenvolvidos estas três vias de variação da taxa de exploração se aplicam em termos muito precários, o que fundamenta, pelo menos em parte, os altos índices de concentração da renda e de outros bens sociais. Fala-se, então, de transferência dos custos sociais, na medida em que a taxa de exploração verificável dentro de um modelo capitalista subdesenvolvido seria um reflexo da taxa de exploração básica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ou dito de outra forma e em termos simplistas e sumários: a manutenção dos altos padrões de vida de amplos setores nos países adiantados se deve, pelo menos parcialmente, à exploração das matérias-primas e mão-de-obra baratas nos países atrasados. Não se pode comprimir a realidade complexa e abundante em esquemas tão formais, cuja única razão de ser é sua maior ou menor capacidade explicativa.²²

A propriedade deste modelo teórico, que é um entre muitos outros possíveis, estaria em apontar para componentes da formação social que ultrapassem a perspectiva "estrutura-desempenho", coincidindo, possivelmente, com um atributo fundamental do modelo capitalista: a concentração majoritária dos custos e a distribuição minoritária dos bens sociais. Teria talvez ainda a vantagem de inquirir, para além do mero funcionamento, pelas estruturas que regem o funcionamento.

Dentro do quadro dos Indicadores Sociais vale ressaltar que a interpretação dos dados há de variar de acordo com o esquema teórico adotado, incidindo também na própria seleção deles. O dado, que é na verdade um resultado teórico, adquire seu poder de informação e de expressão da realidade dentro do quadro da teoria que temos sobre a realidade. Esta injunção teórica, certa-

21. E. L. BACHA, Hierarquia e remuneração gerencial, in: A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento, R. Tolipan & A. C. Tinelli (orgs.), Zahar, 1975, p. 124 ss. L. A. C. R. CUNHA, Educação e Concentração da Renda na década de 60: uma polémica, in: Síntese — Nova Fase 3 (1975), p. 3 ss. P. DEMO, Aspectos sociais da força-de-trabalho, Centro João XXIII, mimeo., 1973, 39 pp.

22. P. G. CASANOVA, Sociología de la explotación, Siglo 21, 1970.

mente, acarreta uma relativização importante: há muitas maneiras de teorizar a realidade e pelo menos é correto garantir que nenhuma teoria a esgota. Toda teoria tem seus pressupostos obscuros, seus emaranhados ideológicos, seus tributos ao momento histórico e social. Pelo fato de os dados necessitarem de um quadro teórico, isto não garante que este ou aquele quadro seja a priori preferível. A preferência deve ser fundamentada e não se há de esquecer que, na fundamentação, resta sempre também um pouco de "preferência".

5. PROBLEMAS EMPÍRICOS ²³

Os problemas empíricos, ou seja, os problemas relativos aos dados, são de extrema importância, porque decidem normalmente sobre a viabilidade do projeto. É claro que cientificamente falando pesam mais os problemas metodológicos e teóricos, para os quais os dados não passam de instrumental. Mas praticamente, o alcance de uma Conjuntura Social é determinado pela disponibilidade dos dados. Podem-se imaginar excelentes indicadores, cuja excelência se desfaz, quando se constata que ainda não há dados, ou que não são suficientes ou mesmo que sua viabilidade é ainda impensável. Ademais, tratando-se de retratar a situação social geral de uma nação, os dados devem ser representativos da nação, o que pode tornar inviável a substituição por pesquisas de campo, já que estas só podem ser muito parciais, se o país for muito grande. Em poucos tópicos, poderíamos sumariar a questão desta maneira:

a) *Quantidade dos dados.* Pode acontecer que a acumulação de dados seja ainda precária, incidindo na viabilidade de um número muito reduzido de indicadores, praticamente impossibilitando a montagem de uma Conjuntura. Há nisto uma diferença muito acentuada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; nestes a valoração das coletas estatísticas nem sempre existe em proporção suficiente. Neste sentido pode-se estar muito longe de uma correlação entre a magnitude de um problema social e a quantidade de informações estatísticas a respeito.

b) *Qualidade dos dados.* O sistema de coleta do dado pode ser deficiente, quer por falta de coletores especializados, quer por causa do tamanho do país e da população, quer por programação central desorganizada, e assim por diante. Problema mais importante ainda é a concepção das categorias básicas dos dados. Assim

23. A respeito desta visão metodológica, cfr. os trabalhos do Autor: P. DEMO, Das argumentações convincentes, Centro João XXIII, mim., 1972, 16 pp. Id., O argumento de autoridade, ib., 23 pp. Id., O problema metodológico, ib., 25 pp. Id., Metodologia da incerteza, ib., 20 pp. Id., Anti-metodologia, ib., 26 pp.

é, por exemplo, que na categoria das pessoas que obtinham rendimentos de até 1 Salário Mínimo entram: operários que tinham como fonte de renda somente 1 Salário Mínimo; agricultores que, além desta quantia monetária, dispunham da produção própria de outros meios de subsistência; trabalhadores por conta própria, cuja média salarial, seria de 1 Salário Mínimo; pensionistas com pensão de 1 Salário Mínimo; pessoas que, além do salário, dispunham de outros bens gratuitos. Assim vemos que a qualidade deste dado é muito baixa, ainda que possa ser expressivo de alguma forma. Outro exemplo poderia ser: colocam-se na categoria "formação elementar" todas as pessoas que tenham tido qualquer contato com a formação elementar, ou seja, também aquelas que apenas dispõem do primeiro ano primário e depois interromperam a formação.

Não se pode, porém, banalizar o problema. Quando se trata de cobrir uma situação social de tamanho nacional, considera-se também importante que uma demasiada especificação traria gastos suplementares enormes e distinções que os coletores normais de dados já não conseguiriam realizar. Mas é claro que tudo isto determina profundamente a qualidade da própria pesquisa de Indicadores Sociais.

c) *Periodização*. O acompanhamento constante da evolução de uma formação social exige que a produção de dados seja periódica. Com isto se diz também que a constituição de um Censo nacional por década não é suficiente. O Anuário Estatístico do IBGE se renova muito parcialmente durante os anos posteriores ao Censo, sobretudo porque as fontes suplementares de dados são ainda desorganizadas, já que dependem das Secretarias Estatísticas dos Estados, Municípios, Ministérios etc. O lançamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi certamente um salto esplêndido em termos de produção de dados nacionais periódicos e passou a significar um marco obrigatório desta pesquisa.

d) *Captação do Social*. Os dados geralmente são mais frequentes na parte econômica, em parte devido ao interesse dos economistas, sempre atentos a formalizações estatísticas, e em parte devido ao índice maior de organização interna do 2.º Setor. Assim é que, por exemplo, somente agora se começou a produzir dados sobre alimentação, normalmente considerada um bem social muito básico. As estatísticas sobre saúde são também muito dispartadas. A PNAD oferece dados periódicos (cada ano renovada) sobre população, mão-de-obra, salário, instrução e domicílio. Isto significa já uma oferta inestimável; mas é claro que se pode ver nela um acervo ainda limitado de dados sociais. O desinteresse por dados sociais se deve muitas vezes à resistência de estatísticos em assumir a mensuração de elementos mais qualitativos e mais expostos à subjetividade do coletor.

e) *Comparabilidade dos dados.* O problema da periodização pode se agravar se para cada coleta nova surgem outras categorias, que dificultam a comparação. Se uma coleta de dados inclui entre as pessoas que auferem renda mensal todas as pessoas economicamente ativas, também os membros da família sem remuneração, e se outra inclui apenas as que têm qualquer tipo de rendimento, as duas não são comparáveis. Acontece, por exemplo, que se inicia uma série de dados sobre educação, colocando entre os analfabetos também as pessoas que interromperam a formação primária; depois de algum tempo, passa-se a incluir estas últimas na categoria das pessoas que têm formação elementar. Ora, vê-se que com isto se destruiu a comparabilidade dos dados, que só pode ser restaurada por ajustamentos muito discutíveis. Outra disparidade frequente é, por exemplo, a coleta dos rendimentos em cruzeiros ou em salários mínimos.

f) *Pesquisas de campo.* Recomendam-se as pesquisas de campo por vários motivos. Em primeiro lugar será um dos únicos recursos para o aprofundamento de indicadores mal servidos pelos dados gerais. Em segundo lugar será um expediente para aprimorar a característica social dos dados, já que esta não vem muito acentuada nas coletas normais. Em terceiro lugar, será o meio comum de testar as próprias hipóteses teóricas e definições conceituais. Em quarto lugar pode servir de teste aos dados oficiais. As pesquisas de campo se defrontam sempre com gravíssimos problemas, a começar pela representatividade dos dados, já que a nação é muito extensa, geograficamente. Assim sendo, não podem passar de meros estudos de caso sobre tópicos muito específicos e que aconselhem um aprofundamento apropriado. Ainda assim, um projeto de Conjuntura Social dificilmente pode dispensar a produção de dados primários, se não quiser se condenar a aspectos muito gerais dos dados secundários existentes.

g) Em último lugar, seria necessário acentuar a existência de inúmeros problemas de caráter mais estatístico, como sejam, por exemplo, a proposta de escalas especiais de medida, a construção de correlações mais sofisticadas, a montagem de índices concretos, a redução, digamos, da participação dos Estados da nação a índices comparáveis entre si, e assim por diante. Tudo isto recomenda a presença de um Estatístico na pesquisa.

Pode-se acrescentar ainda uma consideração sobre as dificuldades de se montar uma acumulação de dados representativos da nação, a partir de fontes esparsas. Estas existem em grande quantidade, se pensarmos que todos os Estados e muitos Municípios maiores dispõem de Secretarias de Planejamento, inclusive de dados acumulados sobre sua situação social. Ademais, os Ministérios costumam adotar a informação estatística como um dos esteios do planeja-

mento interno, levando também a fornecer dados interessantes. Há, por outra, pesquisas pertinentes de pessoas isoladas, das quais, porém, muitas vezes não se conhece a existência. Tudo isto torna a feitura da pesquisa intensamente problemática, especialmente por instâncias particulares, e é muito compreensível que ela se faz mais comumente por equipes oficiais, que dispõem de maior interdisciplinariedade e de maiores recursos para a congregação de dados e produção de dados próprios.

6. ALGUNS MODELOS

Meramente a título de exemplo, comentamos sumariamente alguns modelos propostos. Pelo fato de aparecerem aqui, isto não significa nada sobre sua excelência científica ou falta dela. Interessa-nos apenas ressaltar o roteiro percorrido para se chegar ao modelo, suas implicações teóricas e traços metodológicos, para termos uma idéia rápida da complexidade da problemática.

a) *Modelo de Allardt*²⁴

Este modelo, como se pode ver de seu esquema a seguir, tenta enquadrar a captação da situação social geral através de uma montagem bastante compacta. Teoricamente, talvez seja possível dizer que participa de uma visão sistêmica. Entre as variáveis mais gerais, ressalta as categorias do Ter, Ser e Amar, de um lado, e da Economia, Segurança, dos Sistemas Integrativos e do Saber, do outro lado. É mais problemático discutir sobre as 3 primeiras categorias e muitos as julgariam perfeitamente dispensáveis. É claro que o bem-estar tem conotações muito subjetivas e não se pode negar que inclui também, e talvez para muitos sobretudo, os recônditos mais profundos da alma, em termos de amor. Ainda que isto fosse por demais verdade, a maior dificuldade está em que tais elementos são extremamente qualitativos, para se poder mensurá-los, sem falarmos em que sua captação supõe um convívio muito forte com a subjetividade. Não se pretende afirmar aqui, que o bem-estar se correlaciona apenas com o Ter, o que já seria um materialismo crasso. Allardt reserva duas colunas horizontais para o Ter e uma só para o Amar e o Ser, indicando com isto já uma certa acentuação da infra-estrutura econômica. O que fazemos, na verdade, é mais um tributo às dificuldades metodológicas de captação da esfera incluída na categoria Amar. Neste sentido, parece que a sugestão de Allardt não vai além de uma boa vontade. Quanto às outras 4 categorias, são bem mais perceptíveis;

24. E. ALLARDT, Welfare Model for selecting indicators of National development, ISSC, Rio, 9-14 maio 1972. Trad. in: Cândido Mendes e o., O outro desenvolvimento, Ed. Artenova, 1973, p. 98 ss.

PARÂMETROS QUE REFLETEM A ESTRUTURA SOCIAL

TENDÊNCIAS CENTRAIS

	alocações societais	correlações	dispersões	"outputs" societais	"outputs" individuais	
economia	Investimentos para economia e política social.	Justiça econômica ex.: % das diferenças entre regiões, raças, etc.	Igualdade econômica ex.: dispersão dos componentes do nível de vida.	Crescimento econômico ex.: PNB, PIB PNB/cap., PIB/cap.	Satisfação das necessidades fisiológicas ex.: componentes do nível de vida.	TEIR
segurança	Investimentos para o sistema político, defesa, diplomacia e ordem legal.	Justiça política. Montante de pessoas sem direitos políticos.	Igualdade nos recursos políticos. Diferenças no poder e na possibilidade de influenciar decisões.	Eficiência política. Medidas de legitimidade.	Satisfação das necessidades de segurança. Medidas de preditibilidade na sociedade.	
sistemas integrativos	Investimentos para família, religião, rede associacional e assistência social.	Direitos de ter contatos particularísticos. Montante de liberdade de expressão, associação e credo.	Possibilidades de encontrar grupos relevantes.	Mecanismo produtor de consenso.	Satisfação das necessidades de afeto e pertença. Frequência de pessoas com relações solidárias.	AMAR
saber	Investimentos para educação, produção artística e lazer.	Justiça na auto-realização. Medidas de covariância entre fatores insubstituíveis e outros fatores.	Pluralismo altamente estrutural e baixo grau de pressão à conformidade.	Modernização: uso do conhecimento.	Satisfação das necessidades de auto-realização. Medidas de insubstituíbilidade.	

Fonte: E. Allardt, Welfare Model for Selecting Indicators of National Development, ISSC, Rio, 9-14 maio 1972. Trad. in: Cândido Mendes e o., O outro desenvolvimento, Ed. Artenova, 1973, p. 111.

incluem a base para a satisfação das necessidades fisiológicas, das necessidades de segurança, das necessidades de integração pessoal, e das necessidades de auto-realização.

Quanto às colunas verticais, a primeira e as duas últimas correspondem aos esquemas sistêmicos clássicos de inputs e outputs, manifestando a perspectiva do desempenho do sistema: o que se investe e o que resulta da conversão dos investimentos. As outras duas colunas (a segunda e a terceira) se reportam a parâmetros que refletem a estrutura social, fixando-se na perspectiva geral da igualdade e da justiça, operacionalizada no quadro das correlações e das dispersões. Este modelo, portanto, se coloca também na dimensão discutida acima da "estrutura/desempenho".

Note-se que a possibilidade de preencher os indicadores com dados se complica à medida em que passamos da categoria da Economia para as outras. Para a categoria da Segurança, alguns indicadores são muito problemáticos, bastando nos perguntar, o que seriam medidas de legitimidade ou de preditibilidade, embora o conteúdo seja teoricamente compreensível e interessante. É possível imaginar que uma sociedade é tanto mais segura, quanto mais se pode prever o comportamento das pessoas, ou, na proporção em que não surge o comportamento desviado. Mas como se haveria de mensurar isto? Assim acontece, em maior grau de dificuldade, com os indicadores subseqüentes, onde se podem encontrar elementos muito obscuros. O que seriam medidas de covariância entre fatores insubstituíveis e outros fatores? Pode-se imaginar que o problema da auto-realização (colocado na categoria do Saber) se manifesta na qualidade de a pessoa se sentir insubstituível, ou de prestar um serviço importante à sociedade, mormente no exercício de uma profissão valorizada. Mas traduzir isto em dimensões mensuráveis, é um outro problema, cuja solução é difícil de prometer.

Em termos gerais, o modelo de Allardt prima por ser muito compacto e apesar disto bastante abrangente. Mas, além de repousar sobre uma perspectiva teórica que nos parece menos atraente, complica-se com categorias metodologicamente difíceis. É certo que tenta aludir ao problema da distribuição e concentração dos bens, ao falar de justiça e igualdade, mas coloca-o em termos de um discurso pré-científico, pois trata-se de um problema de relações sociais objetivas, não de uma atitude moralizante.

b) *Modelo de Gross* ²⁵

Este modelo está construído declaradamente sobre a perspectiva "estrutura/desempenho", e se movimenta exclusivamente dentro do quadro: input-output-feedback.

25. B. M. GROSS, *The State of the Nation: Social Systems Accounting*, op. cit., p. 154 ss.

A estrutura de qualquer sistema social consistiria de:

- 1) pessoas
- 2) recursos não humanos
- 3) sub-sistemas
- 4) relações internas
- 5) relações externas
- 6) valores
- 7) padrões de liderança.

A perspectiva da estrutura exara um corte estático sobre o que existe e se aproxima até certo ponto daquilo que se chama "riqueza da nação". No primeiro item aparece a quantidade e a qualidade dos recursos humanos e no segundo a quantidade e a qualidade dos recursos não humanos. É fácil compreender que isto condiciona muito a estrutura do bem-estar. No tópico dos sub-sistemas aponta para sistemas menores aí incluídos, como família, comunidades, organizações profissionais etc. Nas relações internas apela para o teor integrativo dentro do sistema: integração de conflito, estruturas de poder, sistema de troca e produção, rede de comunicação. Nas relações externas tenta abordar a problemática das relações entre países, chegando mesmo a esboçar uma tipologia: controlador e controlado; associado e adversário; cliente e fornecedor. Não toca, porém, a questão da dependência e das periferias subdesenvolvidas, já que seu ponto de referência mais imediato seria a nação desenvolvida. Quanto ao tópico dos valores, chama a atenção para a existência e importância deles na manutenção da estrutura de uma nação, dentro dos quadros conhecidos dos funcionalistas. Nos padrões de liderança aborda sobretudo a qualidade da liderança e seu relacionamento com outros sub-sistemas. Gross se esforça bastante por ser abrangente em seus 7 pontos básicos e ademais gostaria de não esquecer a importância do conflito dentro da estrutura, "um estímulo essencial para a adaptabilidade e criatividade do sistema".²⁶ Embora seja um dos autores que acredite na eficácia metodológica do sistemismo em explicar a mutação social, parece difícil ver como ela iria além da perspectiva da "estrutura/desempenho", como o próprio Gross faz.

Os 7 elementos principais do desempenho seriam:

- 1) satisfazendo interesses
- 2) produzindo output
- 3) investindo no sistema
- 4) usando eficientemente inputs
- 5) adquirindo recursos
- 6) observando códigos
- 7) comportando-se racionalmente.

26. Id., ib., p. 177.

No primeiro tópico depara com o problema da satisfação de interesses, ou, mais especificamente, da produção da felicidade. Gross reconhece a complexidade da matéria e faz sugestões à operacionalização, mas acredita, no fundo, que há aí mistérios indevassáveis. Apela, então, para substitutivos da satisfação, como se pode ver na tabela a seguir e que transcrevemos no original.²⁷

SURROGATES OF SATISFACTION

	Structure	Performance	
People	Population change	Satisfying interests	
Nonhuman resources	Stock of housing; securities	Producing output	Per capita level of, or increase in, national income or output
Subsystems	Stronger associations	Investing in system	Hard goods investment
Internal relations	Upward mobility	Using inputs efficiently	Extent of waste
External relations	Freedom from foreign control	Acquiring resources	Balance of payments
Values	Respect for human life	Observing codes	Law and order
Guidance system	Broad-based	Behaving rationally	Science-technology advances

No segundo item aparece o desempenho da composição dos três Setores da economia. Considera como investimentos no sistema sobretudo os investimentos em bens duráveis, os investimentos em pessoas e em instituições. O uso eficiente de inputs toca a problemática da "eficiência social", um dos parâmetros básicos do desempenho do sistema. Como cada nação não é um todo isolado e apresenta pontos fracos, coloca-se a necessidade de aquisição de recursos, que sejam parcos, inexistentes ou apenas desejáveis. A inclusão do tópico sobre observância de códigos ressalta o fenômeno de que cada nação, apoiada em seu quadro de valores, transpira um tipo de comportamento, marcado, sob condições normais, pela ordem, e isto possibilita um relacionamento internacional

27. Id., ib., p. 222.

satisfatório. Saindo destes parâmetros, surge o conflito entre códigos. O último item é um tributo à problemática das organizações modernas, cujo desempenho estaria pautado pela racionalidade, o fundamento último da eficiência.

Todas estas características parecem suficientes para atribuir ao modelo de Gross uma formulação clássica, no sentido de um autor firmado na teoria dos sistemas e na metodologia sistêmica e que se apresenta como proposta mais moderna de explicação da mutação social. Não se pode negar que se assuma aí um teor considerável de dinamismo, mesmo porque o sistema é sempre visto na interação com outros sistemas e suas partes constituintes não convivem na homogeneidade consensual. Trata-se de um sistema flexível e persistente, bastante distante de modelos orgânicos simples. Seu desempenho é complexo e ancorado numa esteira de eficiência social comprovada pela história das sociedades avançadas. O bem-estar aí produzido é considerável. Certamente se pode aplicar o mesmo esquema a países em desenvolvimento, já que eles também constituem sistemas. Dificilmente, porém, seria apto a colocar o problema específico do desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento, bem como a acentuar atributos importantes dos modelos sócio-econômicos de sociedades subdesenvolvidas. Ainda assim, é necessário ressaltar que a perspectiva de Gross é a que mais se está impondo, também porque se coaduna mais com o estilo administrativo moderno, todo baseado na teoria dos sistemas.²⁸

c) *Modelo de Mattelart*²⁹

Este modelo não se baseia ex-professo na idéia de Indicadores Sociais, porque sua temática básica é a da integração social e marginalidade. Mas contém uma perspectiva muito próxima, e mais que isto pode sugerir um contexto atraente para a encarnação desta pesquisa no quadro do subdesenvolvimento. Mattelart se refere ao Chile e tenta refletir a problemática dentro de uma armação de indicadores, tendo como pano de fundo uma teoria de integração e participação social, com seu contrário, a marginalidade. Não vamos aqui discutir a pertinência teórica de seu conceito de marginalidade, onde caberiam reparos, mas sobretudo seu roteiro teo-

28. Tome-se como protótipo a obra: Social Indicators, R. A. BAUER (ed.), The M.I.T. Press, 1972, onde aparecem os seguintes trabalhos: B. M. GROSS, A historical note on Social Indicators. R. A. BAUER, Detection and Anticipation of Impact: the Nature of the Task. A. D. BIDERMAN, Social Indicators Goals. B. M. GROSS, The State of the Nation: Social Systems Accounting. A. D. BIDERMAN, Anticipatory studies and stand-by research capabilities. R. A. ROSENTHAL & R. S. WEISS, Problems of organizational feedback processes.

29. A. MATTELART (e M. Garreton), Integración Nacional y Marginalidad. Ed. del Pacífico, Chile, 1965.

rico e metodológico geral, incluindo a idéia de uma tipologia final baseada em índices regionais. Assim, consegue oferecer uma visão geral da situação social do Chile segundo as várias regiões, escalonando-as dentro de tipos, calculados a partir dos indicadores.

De um modo geral, parte de que a integração social se correlaciona com a estrutura de poder, e nesta desenvolve principalmente três dimensões: *poder político*, *poder econômico* e *poder cultural*, considerando como principais barreiras à integração: a estrutura de classes e os desequilíbrios entre setores da economia e entre as regiões. Para refletir esta problemática, escolhe três grandes variáveis: o complexo de variáveis "*urbanização-industrialização*", o *nível de vida* e o *nível cultural*. Para elas, seleciona, então, os seguintes indicadores:

1) *Complexo urbanização-industrialização*

1. PIB anual per capita (país = 100)
2. Consumo de energia elétrica — KWH — p.c. anual
3. % população em cidades de mais de 20.000 habitantes
4. % de estratos médios urbanos na população ativa masculina
5. % população ativa agrícola, masculina e feminina
6. % população ativa Setor Secundário, mascul. e femin.
7. % pop. ativa Setor Terciário, masc. e fem.
8. % menores ativos, mascul.
9. % pessoas ativas entre 65 e 84 anos, mascul.
10. % mulheres ativas em atividade não agrícola
11. % população ativa sindicalizada.

2) *Nível de Vida*

Saúde

12. Taxa mortalidade infantil por mil nascidos vivos
13. Taxa mortalidade pneumonia por 100.000 habitantes
14. % de certificados médicos das doenças
15. N.º camas hospitalares por mil habitantes
16. N.º médicos hospitalares por 100.000 habitantes
17. N.º de mães por 100.000 mulheres (15-49 anos)
18. N.º enfermeiros e praticantes por 100.000 hab.

Habitação

19. % de domicílios com água potável encanada
20. % de domicílios com iluminação elétrica
21. % de domicílios sem instalação sanitária
22. Poupança-domicílio per capita
23. Construção per capita
24. N.º de autos particulares por mil hab.

3) *Nível cultural*

25. % analfabetos de mais de 15 anos
26. % população com instrução secundária
27. % população com instrução universitária
28. Coeficiente de retenção primária
29. % assistentes nos matriculados primários
30. % matrícula média (13-18 anos)
31. N.º de diários por 100 habitantes.

Após conceber esta bateria de 31 indicadores, formula a possibilidade de uma tipologia geral para todas as regiões, de tal sorte que seja viável um escalonamento, mensurado através da média obtida da participação de cada indicador em cada região. O valor para cada indicador é extraído através de sua redução a uma escala logarítmica. Prefere a escala logarítmica à escala aritmética, porque esta não consegue retratar distâncias homogêneas entre os vários grupos. Construiu-se uma escala de 10 grupos fluando entre dois valores extremos, a saber, 10 e 110: .

Escala aritmética	Escala logarítmica
10	10,00
20	12,71
30	16,15
.	.
.	.
.	.
.	.
100	86,55
110	100,00

Na escala aritmética, a distância entre 10 e 20 é de 100%; mas esta distância se reduz a 10% entre 100 e 110. Na escala logarítmica ela é homogênea: sempre 2,71%. Não nos interessam aqui estas delicadezas técnicas, mas apenas apontar para o roteiro trabalhado por Mattelart e que conseguiu, assim, projetar um escalonamento muito atraente entre as várias regiões do Chile, expresso por uma média dos índices e, além disto, extremamente matizado através do índice obtido para cada indicador. É neste sentido que a obra se tornou importante, porque oferece um primeiro paradigma de abordagem por intermédio de indicadores, ainda que originariamente não tenha pensado em Indicadores Sociais. O autor complementa ainda os indicadores acima citados com uma série de outros dados mais pormenorizados, de acordo com o contexto e com a região estudada.

d) *Outro modelo*

O modelo que se segue foi concebido no Centro João XXIII especialmente para uma pesquisa de Indicadores Sociais, e, embora se encontre ainda embrionário, estabelece uma concepção de bem-estar social calcada no contexto do subdesenvolvimento, dentro de uma formação capitalista.³⁰ Ao lado de elementos que reflipam a perspectiva "estrutura/desempenho", forjou-se a possibilidade de captar o dinamismo próprio do modelo sócio-econômico. Assim, ao lado da produção de bens sociais e de mecanismos oficiais corretores, tenta-se levantar a problemática da distribuição e concentração dos respectivos bens, ou, mais especificamente, a dinâmica dos custos sociais e seu impacto na qualidade de vida. Assumiu-se como conceitos fundamentais: *riqueza da nação*, como correlato à estrutura da nação em termos estáticos; *bem-estar social*, *bem social* e *mecanismos corretores*, como correlatos ao desempenho, ou ao nível da produção de bens sociais; *custos sociais*, *concentração dos bens sociais* e *qualidade de vida*, como correlatos ao dinamismo específico do modelo capitalista em que se encaixa também o brasileiro. Não manipulamos conceitos mais voláteis, como satisfação social, felicidade, e outros que partem das esferas mais subjetivas da pessoa e preferimos a perspectiva do bem social, na medida em que é produzido e é distribuído ou concentrado.

Para o conceito de riqueza da nação, encontraram-se os indicadores: *recursos humanos* e *recursos naturais*. Para o nível da produção de bens sociais, o leque desenvolvido foi: *bens básicos*, *bens sociais*, *bens econômicos*, *bens políticos*, *bens culturais*, *bens tecnológicos*. Tal leque será, a seguir, subdividido em sub-indicadores. E para o nível dos custos sociais, busca-se o retrato da concentração de todos os bens arrolados, o que, dentro do modelo, seria conotador profundo da qualidade de vida. Como, para os bens políticos, não se dispõem de estatísticas, seriam preenchidos por um estudo dos mecanismos corretores, ou seja, por uma avaliação do esforço oficial de conter a tendência concentracionista do modelo.

No plano dos sub-indicadores, apareceram os seguintes elementos:

- 1) Bens básicos: casa; saúde; higiene;
- 2) Bens sociais: emprego e subemprego; relação entre atividade agrícola e não agrícola; regime de tempo de trabalho e horas semanais trabalhadas; categorias principais da força-de-trabalho; ocupação;

30. Cfr. Relatório preliminar sobre a pesquisa de Indicadores Sociais, Janeiro de 1975, 5 fascículos, Centro João XXIII. Diretor da pesquisa: Prof. Dr. Pedro Demo; Colaboradores: Ana Clara Torres Ribeiro, Elizeu F. Calsing, Izabel F. Picaluga, M. Celeste Emerick.

- 3) Bens econômicos: salário dos assalariados; salário das pessoas que recebiam salário e bens, ou só bens; salário segundo ocupação e ramos de atividade; rendimento monetário da pessoa e da unidade de consumo; consumo de bens duráveis;
- 4) Bens políticos: avaliação dos mecanismos corretores, principalmente: PIS, BNH, PRORURAL, MOBREAL, INPS etc.;
- 5) Bens culturais: analfabetismo; ensino primário, secundário e universitário; situação da mulher;
- 6) Bens tecnológicos: profissionalização e especialização; incidência sobre o salário; incidência sobre o rendimento monetário.

Usa-se basicamente a oferta de dados da PNAD, mas lança-se mão, em princípio, de qualquer fonte confiável, sobretudo de caráter nacional. A lista de sub-indicadores é ainda muito restrita. Uma possível complementação se buscou na realização de uma pesquisa de campo sobre 4 categorias sociais tidas por estratégicas: trabalhador rural que utilize na produção mão-de-obra apenas familiar; prestador de serviços de estratos baixos, representado pelo "biscateiro"; operário em indústria de transformação e construção civil; prestador de serviços de estratos médios. Esta pesquisa, de cunho eminentemente qualitativo e nacionalmente não representativa, detém uma posição extremamente importante na pesquisa de Indicadores Sociais, porque é nosso celeiro de teste teórico e metodológico. E sobretudo através dela que se pode aprimorar a problemática dos custos sociais e da qualidade de vida. As quatro categorias fornecem, assim, elementos para uma comparação de qualidade de vida, cabendo a cada uma um tipo de distribuição dos bens sociais. Sobre tudo as duas primeiras — o trabalhador rural e o "biscateiro" — mas também o operário industrial, são protótipos da marginalidade contida e produzida no modelo, realizando em forma suficientemente clara a absorção de custos sociais. A pesquisa de campo oferece um contrapeso teórico e metodológico ao acervo de dados gerais sobre a situação social global, ainda que se trate de estudos de caso limitados. Aplicou-se o mesmo questionário às quatro categorias, dentro da perspectiva comum de teste da qualidade de vida. Esta produção de dados primários se considera essencial ao trabalho da pesquisa, não só como complementação, mas sobretudo como contexto mais próximo e concreto de elaboração de conceitos e hipóteses. Assim, passou a ser elemento básico da estratégia da pesquisa de Indicadores Sociais.

7. CONCLUSÃO

Esperando não ter banalizado a questão num trabalho introdutório como este, vale reafirmar a pretensão teórica, metodológica e

empírica da pesquisa de Indicadores Sociais, um lugar proeminente para a atividade profissional do Sociólogo. Certamente, ela apenas engatinha dentro do contexto dos países em desenvolvimento, mas é possível já inferir seu impacto benéfico sobre a produção científica em torno do desenvolvimento. Sobretudo a produção de modelos alternativos de Indicadores Sociais é ainda muito incipiente, embora já se tenha realizado um Congresso a respeito;³¹ mas muitas conferências aí proferidas, pouco tinham a ver com o assunto, talvez revelando ainda certa imaturidade no tratamento da problemática.

Ocupa, de qualquer forma, um lugar extremamente estratégico dentro do planejamento, e pode-se prever que todas as instâncias políticas mais modernizadas acabarão por constituir grupos de Indicadores Sociais para fins de assessoria. Haverá também o fenômeno de recusa da pesquisa, porque a situação de um país em desenvolvimento inclui muitos dados negativos. Mas isto já é suficiente para conotar o arcaísmo em que é concebido o planejamento, neste caso.

A emergência da pesquisa denota também um certo cansaço do economismo, definido pela tendência de reduzir os problemas apenas à sua infra-estrutura econômica. Uma solução econômica não precisa ser uma solução social; pode até acontecer o contrário: o crescimento veloz do PNB pode se correlacionar com uma forte concentração dele em camadas sociais minoritárias. É preciso, pois, planejar também o desenvolvimento social, mesmo que ele seja uma área ainda dúbia e pelo menos muito ampla, pouco operacional. A pesquisa de Indicadores Sociais acaba por se tornar um dos instrumentos mais aptos para se enquadrar questões, como a marginalidade, os desníveis regionais e setoriais, o subemprego etc., que receberiam aí um tratamento estrutural a nível de uma nação.

31. 9-14 maio 1972, Rio, Hotel Nacional.